

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 023 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, atendendo pedido das Lideranças, suspendo-a por quinze minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:45 HORAS E REABERTA ÀS 09:02 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito ao nobre Deputado Eliene que assuma a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não há Ata a ser lida.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 87/99, do Secretário-Chefe da Casa Civil, comunicando as providências adotadas em razão do Requerimento de Informação nº 05/99, de autoria do Deputado Jair Mariano; e Ofício nº 317/99, do Deputado Riva, comunicando sua ausência nas Sessões dos dias 24, 25, 30 e 31/03 e ainda 01/04, por motivo de tratamento de saúde.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de se proceder à estadualização da rodovia municipal que faz a ligação entre os Municípios de Luciara, Porto Alegre do Norte e São José do Xingu, na região do Baixo Araguaia.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de se proceder à estadualização da rodovia municipal que faz a ligação entre os Municípios de Luciara, Porto Alegre do Norte e São José do Xingu, na região do Baixo Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Os municípios do Baixo Araguaia carecem, dentre outras coisas, de um sistema viário que atenda suas necessidades básicas, ou seja, o acesso de forma permanente às várias comunidades locais.

A estadualização desta rodovia representa não só a integração desses municípios, como também a redução no custo dos transportes e dos produtos comercializados, possibilitando uma rentabilidade mais digna ao produtor e preços mais acessíveis ao consumidor local, além de gerar excedentes exportáveis de forma mais competitiva.

Esse procedimento vai beneficiar de forma direta os Municípios de Luciara, Porto Alegre do Norte e São José do Xingu e, indiretamente, os Municípios de São Félix do Araguaia, Confresa e Vila Rica.

A rodovia tem, ao longo de seu traçado, pontos de passagem que formam núcleos de assentamento da reforma agrária e áreas com posseiros já há muito instalados. Seu leito tem características de estrada pioneira em alguns segmentos e, em outros pontos mais estruturados, tem aterros elevados e drenagem, havendo ainda segmentos que deverão ser abertos de forma definitiva.

O ponto inicial está na rodovia MT-100, no Município de Luciara, seguindo o rumo Noroeste até o rio Xavante, passando pela Fazenda Maria e Porto Velho, daí seguindo a Oeste, atravessando os rios das Palmeiras e Ribeirãozinho, tomando então o rumo Noroeste, atravessando o rio Xavantinho e chegando na BR-158, e seguindo por esta em aproximadamente dois quilômetros até a sede do Município de Porto Alegre do Norte, seguindo daí em diante rumo Oeste, passando pela comunidade de Nova Floresta, atravessando o rio Fontoura e chegando ao seu final na MT-430, a três quilômetros ao norte da localidade de Bituca.

Senhores Deputados, a carga tributária que se abate hoje sobre a célula principal de nossa Unidade Federativa, o município, é muito elevada - e é lá que vive o cidadão, que é quem sente todos os problemas - e deve, por meio desta propositura, ser um pouco aliviada, para isso conclamo-os a nos apoiar, visando ao pleno êxito deste expediente indicatório.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 1999.
Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

2^a) MOÇÃO DE LOUVOR: Com fulcro no que preceitua o Art. 268, combinado com o Art. 272, alínea “e”, ambos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requeiro à Mesa Diretora desta augusta Casa de Leis, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exm^o Sr. Dr. Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, Presidente do Foro da Comarca de Cuiabá e Delegado da Associação dos Juizes Federais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

da 10ª Região, louvando-o pela realização, no último dia 18 de março de 1999, de audiência pública para discutir os temas “Democracia e Judiciário”, vazada nos termos em anexo.

JUSTIFICATIVA

Dos três poderes que constituem o Estado de Direito, o Poder Judiciário é o mais desconhecido da população. Os juízes, justamente para manter a aura de dignidade e austeridade que deve envolver a Justiça, primam por se manterem afastados dos palcos políticos, onde os membros do Executivo e Legislativo transitam livremente.

Num momento de grande insegurança, quando a sociedade em crise questiona todas as suas instituições, a Associação dos Juizes Federais promove, corajosamente, audiência pública para discutir os temas “Democracia e Judiciário”, trazendo para a arena de debate as propostas polêmicas que são discutidas nacionalmente.

De maneira digna, como convém aos homens que decidem os destinos de seus concidadãos, foram discutidos temas como controle externo do Poder Judiciário, reforma da Legislação Processual, CPI do Judiciário e morosidade da Justiça.

Abrindo as portas dos Tribunais, falando de sua experiência na labuta diária, enriqueceram o debate, acrescentando um ponto de vista único: o do julgador responsável pela pacificação social, daqueles homens que compõem a relação processual com a função precípua de proteger direitos e fazer justiça, caso por caso.

Louve-se esta atitude. Exalte-se sua contribuição, e roguemos todos a Deus para que esta iniciativa não morra.

Conto com meus Pares para esta aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

3ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento, Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO, Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- a) informações sobre o atraso no cumprimento das cláusulas do Contrato nº 3.492/BR, que viabilizou os recursos do PRODEAGRO;
- b) informações sobre as entidades nas quais vêm sendo aplicados os recursos do PADIC.

JUSTIFICATIVA

Em reportagens sucessivas dos jornais *Diário de Cuiabá* e *Folha do Estado*, publicadas nas suas edições de 20/03 e 21/03 do corrente ano, foram denunciadas irregularidades no PRODEAGRO-Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso e no PADIC-Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias.

O PADIC, que é na realidade parte do PRODEAGRO, e este último também são projetos de alcance social indiscutível. Foram financiados com dinheiro obtido pelo Governo Estadual em empréstimo junto ao BIRD, com o fim de incentivar projetos das comunidades, no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

caso do PADIC, e de solucionar os desníveis no desenvolvimento, preservando-se o meio ambiente, no caso do PRODEAGRO.

Entretanto, as acima citadas reportagens dão conta de relatório do próprio BIRD e do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano e do Meio Ambiente, TRÓPICOS de Cuiabá, apresentado no ano passado no Fórum Mato-grossense do Meio Ambiente e Desenvolvimento-FORMAD, em que evidencia-se que os objetivos dos programas não foram alcançados.

O PRODEAGRO, segundo tais informações, encontra-se atrasado em sua execução. Seus prazos seriam os seguintes: cinco anos de duração do projeto e quinze para pagamento. A liberação dos recursos começaram em 19 de maio de 1993, portanto em 19 de maio de 1998, encerrar-se-ia a primeira fase. Tal atraso, desobedece às cláusulas do Contrato nº 3.492/BR, através do qual o Estado emprestou a verba do financiamento.

Quanto ao PADIC não estaria atendendo demandas de seu público alvo: os grupos comunitários. Havendo notícia, inclusive, de que Lojas Maçônicas foram beneficiadas - estas entidades, apesar de respeitabilíssimas, não possuem o perfil do projeto.

Urge que seja apurada a verdade sobre a aplicação desses recursos públicos.

Os juros referentes a tais empréstimos contraídos pelo Estado de MT para financiamento deste programa devoram as economias dos cidadãos que os pagam sob a forma de impostos cada vez mais altos.

As informações ora solicitadas visam a municiar aos membros do Legislativo, Casa de representantes do povo que tem por função fiscalizar os negócios do Estado de Mato Grosso, que devem descobrir quais as causas destes desvios constatados no relatório.

O porquê de não atender-se, com a verba destinada para este fim, às comunidades alvo do PADIC deve ser esclarecido. Mesmo porque tratava-se de necessidade do Estado que em algum momento foi elevada a prioridade, a ponto deste vir a endividar-se para atendê-la e também a submeter-se à aprovação do Senado para tanto.

O atraso no cronograma do PRODEAGRO significa prejuízo econômico incalculável para o Estado. Implica o atravancamento de instrumento de desenvolvimento que é imprescindível ao Estado, tanto ou mais hoje que há 10 anos, na sua concepção.

Apurar a verdade dos fatos, esse é o objetivo deste pedido de informações.

Conto com meus Pares para esta aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

4ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento, Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO, Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona.

Solicitamos as seguintes informações sobre a recuperação da MT-175, no trecho do entroncamento da BR-174 até a cidade de Araputanga: qual a empresa vencedora da licitação para a recuperação da obra, o custo da obra, quantos quilômetros de trabalho de recuperação e qual a quantidade de asfalto foram recuperados até a presente data, a importância desembolsada a favor da firma vencedora, se a obra foi sub-rogada ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

subempreitada, quais os termos da sub-rogação ou o valor da subempreitada, e a razão de os trabalhos terem sido intensificados no mês de setembro e paralisados logo depois.

JUSTIFICATIVA

Manter as boas condições de trafegabilidade da MT-175 é de vital importância para a economia da região Norte do Estado de Mato Grosso. Afinal, trata-se de um dos caminhos por onde se escoia a produção, fazendo com que os produtos da região alcancem melhores preços. Foi determinado pelo Governo do Estado, utilizando-se de recursos do PRODEAGRO, que se procedesse à recuperação desta rodovia, para grande alívio da população vizinha, que dela depende.

No ano passado, durante o mês de setembro, houve grande movimento de homens e máquinas trabalhando intensamente nesta recuperação. “Misteriosamente”, por volta do dia 1º de outubro de 1998, o trabalho foi interrompido.

Pretende este pedido de informações conhecer a razão desta interrupção e os detalhes que envolvem esta obra financiada com dinheiro público.

Conto com meus Pares para esta aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Por último, Sr. Presidente, para dizer que recebi, aqui no plenário, a correspondência de um cidadão, identificado como Sr. Hissao Shimada, falando sobre o absurdo do aumento do IPVA. E ele, como pequeno empresário, encaminha uma correspondência mostrando à Assembléia Legislativa a necessidade de se avaliar essa legislação que onera o pagamento do IPVA.

E, também, para registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Vila Rica, o Vereador Bené. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de ser anti-regimental, eu gostaria de usar deste microfone para comunicar aos Srs. Deputados que o Secretário de Segurança Hilário Mozer marcou para hoje uma reunião com todos os Deputados. As Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o DETRAN já estão lá arregimentados para ter um contato com os Srs. Deputados, para ouvir-nos e, naturalmente, ouvir as reclamações também. Eu consultaria os Srs. Deputados, embora isso não seja regimental, os que concordarem que levantem a mão, para podermos confirmar essa reunião com o Secretário de Segurança Pública, que poderá ser em meu gabinete ou na Presidência, como acharem melhor.

O SR. PRESIDENTE - Deputado Rene Barbour, esta Presidência defere o seu pedido e faz a consulta aos nobres Deputados. Quem concordar, continue como está, quem não concordar...

O Sr. Humberto Bosaipo (FALA DE SUA BANCADA) - Eu não entendi o horário...

O SR. PRESIDENTE - Às dez horas.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, o Líder do Governo faz um encaminhamento da presença do Secretário de Segurança e da cúpula da polícia. Eu acho que essa reunião tem que ser bem preparada, porque a Polícia Militar está passando por uma crise moral muito grande no Estado. Não tem um dia que não se tenha uma denúncia de policial militar envolvido em crime organizado aqui no Estado. Eu até gostaria de participar dessa reunião, mas de uma reunião mais trabalhada, mais detalhada. Eu indago se há uma pauta ou se a visita do Secretário de Segurança será de cortesia.

O Sr. Rene Barbour - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Nobre Deputado Humberto Bosaipo, é uma reunião de trabalho, é para ouvir exatamente essas queixas dos Deputados. O Deputado tem representação no Estado todo e, naturalmente, ele pode trazer a essas autoridades fatos que até mesmo a polícia desconhece.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu estou de acordo.

O SR. RENE BARBOUR - Então, poderíamos marcar essa reunião para as 10:00 horas. V. Ex^{as} podem decidir se é melhor realizá-la na Sala da Presidência ou no meu gabinete (PAUSA - OS DEPUTADOS DIALOGAM).

Como já houve uma manifestação, a reunião será no meu gabinete. Mandarei preparar a sala para essa reunião, às 10:00 horas, e confirmarei ao Exm^o Sr. Secretário de Segurança, que está com toda a sua equipe pronta, esperando o nosso sinal verde.

O Sr. Elarmin Miranda - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma questão de Ordem, o Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Eu gostaria de saber do que se trata. V. Ex^a falou de uma reunião, às 10:00 horas. Desculpe-me, mas eu estava assinando o expediente... V. Ex^a poderia me esclarecer?

O SR. RENE BARBOUR - Deputado Elarmin Miranda, representantes das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e do DETRAN se farão presentes para ouvirem as reclamações e as sugestões dos Srs. Deputados.

O SR. ELARMIN MIRANDA - É uma reunião com a equipe do Governo para ouvirem nossas reclamações?

O SR. RENE BARBOUR - Exatamente.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Mas vão atender as nossas reclamações ou só vão ouvir? Se for para ouvir, os jornais denunciam todos os dias o desmazelo da segurança. Será para ouvir ou para atender à solicitação da Bancada?

O SR. RENE BARBOUR - Deputado Elarmin Miranda, eu não posso adivinhar, não tenho esse poder, o que vai acontecer nessa reunião. Se V. Ex^a participar, ficará sabendo.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Eu vou participar, com imenso prazer. Eu só quero saber se é mais um ato de demagogia do Governo, para eu não perder tempo, ou se é um ato sério. Se é um ato sério, para atender as solicitações dos Srs. Deputados, as reivindicações eu vou. Agora, se é um ato para ir lá render homenagem, a minha Bancada, com certeza, não se fará presente e agradece o convite.

O SR. RENE BARBOUR – Não é demagogia. V. Ex^a interprete da maneira que lhe convier!

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência registra a presença de representantes do Município de Colniza nas galerias.

Continua com a palavra o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE – Sr. Presidente, para apresentar uma Moção de Aplausos:

Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora que seja encaminhada Moção de Aplauso à Professora Jacy Proença, autora do Projeto Troféu Arara Azul, e a toda sua equipe, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através da Deputada e dos Deputados que a compõem, envia à Professora Jacy Proença, autora do Projeto Troféu Arara Azul, e a toda sua equipe, composta pela Sr^a Clauzita Miranda, pelos Srs. Jeferson Arruda, Cleudes Miranda, Jonas Fonseca e Grego, Moção de Aplauso pela realização de evento, em 13 de março do corrente ano, no Hotel Fazenda Mato Grosso.

É louvável e digno de elogios o trabalho desenvolvido, que soube reconhecer, valorizar e prestigiar homens e mulheres que desenvolveram trabalho em prol da cultura regional.

Reuniram-se cerca de 650 (seiscentas e cinquenta) pessoas, das quais 60 (sessenta) foram homenageadas em seus respectivos blocos de atuação.

Tratou-se de evento pioneiro em nosso Estado, onde diversas áreas da cultura foram contempladas, congregando artistas, incentivadores, familiares, grandes personalidades do meio cultural, dentre os quais podemos destacar: o carnavalesco Joãozinho Trinta; a intérprete Tetê Espíndola; o produtor do Globo Ecologia, Tiago Scobar; a Professora Neiva Guedes, de Mato Grosso do Sul, pelo projeto de preservação da arara azul; e o Secretário de Artes Cênicas e Músicas, Sr. Joatan Vileva Berbel, do Ministério da Cultura.

Ocuparam todo o ambiente da entrega do troféu a alegria, a harmonia, a sensibilidade, a satisfação e a gratidão por parte dos homenageados, homenageantes e convidados destes. Homenagens à Dona Maria Arruda Müller e a Benedito Sant'ana Silva Freire, o nosso Silva Freire, foram momentos especiais marcados de muita emoção.

Como disse o Sr. Joatan Berbel: “Esse é um trabalho que certamente irá continuar e se perpetuar, pois o nosso País precisa começar a premiar, a incentivar as pessoas, as ações que dão certo, que dão vida, brilho, beleza e valor à nossa terra, à nossa gente”.

Os que prestigiaram e participaram do evento registraram, com certeza, esse momento ímpar, o Troféu Arara Azul - 1999, em seus corações e mentes.

Que para os próximos anos, a Professora Jacy Proença e sua equipe possam ter o apoio necessário para que o evento seja cada vez melhor, “à altura dos nossos homenageados”, como ela própria diz.

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso manifestou-se com o apoio ao evento, e manifesta-se, dessa forma, reconhecendo e aplaudindo esse trabalho que homenageou pessoas, artistas ou não, e entidades que foram os propulsores da cultura mato-grossense.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A SRª SERYS SLHESSARENKO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas... Eu não diria só para noticiar, porque acredito que todos estão sabendo, mas precisamente para alertar o Líder do Governo e a Bancada Governista, para que atuem junto ao Governo do Estado, com emergência, na situação dos trabalhadores da Educação.

Os professores interinos do Estado de Mato Grosso estão ameaçados, depois de trabalharem muito tempo para o Governo, de não terem nenhum direito assegurado. Professor interino não consta em parte alguma em termos de direitos legais, não existem! Agora estão ameaçados de receber a metade do salário do professor efetivo, Deputado Rene Barbour. Não sei se V. Exª está sabendo disso.

Os professores interinos estão fazendo o mesmo trabalho dos professores efetivos, absolutamente o mesmo, para receber a metade do salário, Deputado Alencar Soares. V. Exª vai dar uma força junto ao Governo, com certeza! É o mínimo!

O Sr. Elarmin Miranda (FALA DA SUA BANCADA) - Isonomia salarial!

A SRª SERYS SLHESSARENKO – É isonomia constitucional, como está dizendo o Deputado Elarmin Miranda. O mínimo que esse Governo deve a esses professores é isonomia constitucional, assegurada pela Lei Maior, apesar de que para Dante de Oliveira não há lei, porque ele não cumpre nem o que a Justiça manda ele cumprir, imaginem o que ainda não mandou, porque isso ela vai mandar também!

Agora, pasmem, Srs. Deputados, nós temos professores interinos, não são mil ou dois mil professores interinos, são dez mil professores interinos no Estado de Mato Grosso! Dez mil professores sendo espoliados, sendo, realmente, ludibriados, enganados, trabalhando e, na hora de receber, recebendo pela metade.

O Sr. Alencar Soares - Concede-me um aparte, Deputada Serys Slhessarenko?

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Não posso lhe conceder aparte no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE - Deputado Alencar Soares, no Pequeno Expediente não é permitido aparte.

Continua com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - E o que é pior: além de serem dez mil trabalhadores sendo roubados por este Governo - porque esse é o termo correto, porque se você trabalha igual a outra pessoa, faz absolutamente o mesmo serviço e recebe a metade do salário... Ele não faz concurso... Aliás, concurso para Dante de Oliveira é só para eleitor ver. Só para eleitor ver, porque ele abriu...

O Sr. Alencar Soares (FALA DA SUA BANCADA) - Empreiteira também.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Quem mais Deputado? Empreiteira também? Eu não entendi essa, empreiteira com concurso público?

O Governador Dante de Oliveira abriu concurso antes das eleições - as filas dobravam quarteirões e quarteirões -, fez apropriação indébita, porque apropriou-se da taxa que esses milhares e milhares de trabalhadores pagaram, apropriou-se dessa taxa e, agora, suspendeu o concurso.

Srs. Deputados, além de estar cometendo crime... Aliás são vários crimes que ele comete, crime de pagar salários diferenciados, o que a isonomia constitucional não permite, o crime de apropriação indébita e o crime - e este eu acho que é o mais grave de todos, mas infelizmente não está escrito em Constituição nenhuma - de enganar o povo. Antes da eleição abre-se concurso, passa a eleição, suspende-se o concurso...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO À DEPUTADA QUE O SEU TEMPO ESTÁ ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Eu deixo o meu apelo ao Líder do Governo e à Bancada Governista para que atuem junto ao Governador Dante de Oliveira, mais uma vez, para ver se nós conseguimos, pelo menos, algum ganho para esses profissionais, para que eles recebam, pelo menos, por aquilo que eles já trabalharam, “o valor merecido”, entre aspas, porque o salário também está achatado, está desequilibrado, mas pelo menos que eles recebam igual aos que fizeram o mesmo serviço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, uma Indicação de autoria do Deputado Amador Tut:

“Indico ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Diretor-Presidente do DETRAN, a urgente necessidade de instalação de um semáforo no cruzamento da rua Barão de Melgaço com a rua Desembargador Ferreira Mendes.

Com fulcro no Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Presidente do DETRAN, mostrando a urgente necessidade de instalação de um semáforo no cruzamento da rua Barão de Melgaço com a rua Desembargador Ferreira Mendes.

JUSTIFICATIVA

O intenso fluxo de veículos no cruzamento da rua Barão de Melgaço com a rua Desembargador Ferreira Mendes tem ocasionado graves problemas de trânsito.

Inúmeros acidentes já ocorreram, tanto com veículos particulares quanto com pedestres ao cruzarem aquele local.

Necessário se faz a urgente instalação de um semáforo, para facilitar a travessia de pedestres, evitando assim os acidentes de graves proporções.

Ante ao exposto, espero dos nobres Pares o irrestrito apoio para ver atendida a presente Indicação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1999.

Deputado AMADOR TUT - PL”

Ainda sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Deputado Riva:

“Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Anton Huber.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 257 da Consolidação do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Anton Huber o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em 28 de julho de 1933 na cidade de *Kottwil*, Suíça, Anton Huber foi naturalizado brasileiro em 07 de janeiro de 1977.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Cursou o 1º e 2º graus na Suíça, imigrou para o Brasil acompanhando seu pai e seus oito irmãos, chegando em Santos no dia 16 de março de 1951, depois de ter viajado a bordo do transatlântico francês Flórida.

A família se fixou em Itapetininga-SP, dedicando-se à agricultura diversificada, local em que Anton Huber também participou ativamente de atividades sociais e culturais.

Em 14 de julho de 1960, casou-se com a Srª Marie Gertrud Huber, cuja família também era imigrante da Suíça.

Continuando na agricultura iniciou atividade econômica independente, radicando-se no início do ano de 1965 na Colônia Holambra II, em Paranapanema-SP.

Tornando-se sócio-cooperador da Cooperativa Holambra, iniciou currículo ativo como cooperativista. Anteriormente, em 1952, foi associado da cooperativa japonesa Bandeirantes e depois da Cotia, também de japoneses.

Na Holambra teve a oportunidade de freqüentar inúmeros cursos técnicos e de capacitação, sendo eleito pelos cooperados ao cargo de Conselheiro Fiscal por várias gestões.

Na atividade agrícola tornou-se produtor de elevada média da maioria dos produtos comercializados naquela cooperativa.

No ano de 1977, constituiu-se pela Cooperativa de Colonização Holambra um grupo técnico para procurar local em área ainda não incorporada à produção, para a implantação de um grande projeto de assentamento para jovens sem terra própria, oriundos de famílias rurais.

O grupo de interessados elegeu o Sr. Anton Huber como um dos representantes negociadores.

Quando, em 1978, a Cooperativa Holambra se distanciou do projeto, imediatamente foi feita a seleção de uma área apropriada para a implantação de um projeto de colonização. Entre os locais disponíveis em vários Estados e entre a Gleba Sucuruína e Rio Verde em Mato Grosso, os representantes optaram pela última.

Huber e seus colegas deram ao projeto o nome de Lucas do Rio Verde, em homenagem ao antigo seringalista Francisco Lucas, e negociaram com o INCRA a transferência do projeto da futura cidade de uma área sujeita à inundação para o lugar onde hoje se situa a cidade de Lucas do Rio Verde. A seguir Anton Huber também assinou a ata de fundação da cidade.

Em 23 de dezembro de 1981, com a autorização do INCRA, os cinquenta agricultores vindos do Estado de São Paulo e Centro-Sul fundaram a COOPERLUCAS, elegendo o Sr. Anton Huber como presidente.

Num acordo de ação conjunta, o INCRA atribuiu à cooperativa a estruturação do ensino de assistência técnica cooperativista na gleba pioneira, a 230 quilômetros distante da sede do Município de Diamantino.

Na área inicialmente inóspita, depois de sete meses, a partir do início dos trabalhos, os cinquenta fundadores colhiam os primeiros dois mil hectares de lavoura, incorporando cada vez mais áreas à agricultura e produção.

Em 3 de abril de 1986, o Prefeito de Diamantino, Darcy Capistrano, nomeou o Sr. Anton Huber subprefeito para o recém-criado Distrito de Lucas do Rio Verde.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Em 1985, Huber assinou o contrato do projeto de assentamento PROCEDER II, após longa negociação.

Em consequência foram colonizados com recursos nipo-brasileiros os mais de dezessete mil hectares e instalada a infra-estrutura de armazéns, para aproximadamente sessenta mil toneladas de grãos e insumos.

Em 1989, na segunda gestão eletiva, Huber mudou-se para Cuiabá, assumindo a administração da OCEMAT-Organização das Cooperativas do Estado de Mato Grosso, na qual já exercia o cargo de Diretor-Secretário, sendo eleito em 1990 Presidente da entidade.

Trabalhou a seguir em tempo integral na defesa do cooperativismo mato-grossense em todos os segmentos e ramos.

Em 13 de dezembro de 1995, a Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde concedeu ao Sr. Anton Huber o Título de Cidadão Luquense.

Em 1996 foi eleito, pela terceira vez, para a direção da OCEMAT, e em 1997 também para representar a região Centro-Oeste como Diretor Vice-Presidente da OCB-Organizações das Cooperativas Brasileiras, contribuindo de forma decisiva com a reorganização do Sistema Nacional de Cooperativismo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de março de 1999.
Deputado RIVA - PSDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA).

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Riva (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Eliene (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Solicito a transferência de minha inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena (AUSENTE). Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe de 20 minutos.

A SR. SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como falei anteriormente, volto à questão dos trabalhadores da Educação.

Dante de Oliveira, quando candidato ao Governo do Estado, abriu esse “famoso” concurso, famoso entre aspas, porque, como eu disse aqui, foi concurso só para eleitor ver. “Me engana que eu gosto”, essa é a teoria de Dante de Oliveira. E ele engana bem, engana razoavelmente bem! Antes da eleição, ele abriu concurso para a educação, para a saúde, para várias áreas - eu me recordo bem da educação e da saúde...

E eu queria perguntar aos Srs. Deputados que estão aqui se algum dos Senhores subiu no palanque em suas regiões, ou onde quer que seja, e falou que educação e saúde não eram prioridades. Eu quero saber se alguém aqui falou assim: “Eleitor de Mato Grosso, vote em mim para Deputado, eu não defenderei a saúde e nem a educação”. Eu quero saber se alguém aqui fez isso! Eu acredito que não, porque o que eu ouvi de discurso por aí, de todo mundo, de ponta a ponta neste Estado, dizendo que: “Educação será prioridade no

meu mandato. Saúde será prioridade no meu mandato”. E tinha mais algumas coisas como estradas, energia, etc. Tudo era prioridade. Agora, depois de eleito, vem aí com um corte de mais de 50% dos professores - porque hoje dez mil representam mais de 50% dos professores -, corte no salário, cancelamento de concurso, desrespeito total às leis trabalhistas... E o que nós fazemos? O que nós estamos dizendo? Como nós estamos dando a nossa participação? Qual tem sido a nossa participação para reverter esse quadro, Srs. Deputados?

Os Deputados governistas, no mínimo, teriam que fazer uma reunião com o Governador e exigir que ele acabe com essa vergonha, porque é uma vergonha, com todas as letras maiúsculas, o que ele fez: programou concurso - eu não me recordo se foi para todas as áreas, mas se não me engano, era educação, tenho certeza, saúde e segurança, eu tenho certeza dessas três áreas...

Agora, vêm aqui os assessores do Governador, não sei se o Secretário de Segurança também está aqui, para discutir segurança conosco! Tem que discutir segurança com o Governador, com quem tem a chave do cofre, com quem tem que fazer concurso para a segurança, com quem tem que promover cursos de formação permanentes para os profissionais da segurança, assim como da saúde e da educação também! Mas aqui, no caso, nós estamos falando de segurança. Precisa de mais gente! É só o que se vê, não tem pessoal! Precisa de gente preparada, precisa de condições de trabalho, precisa de equipamento e nada disso se ouve ou se vê esse Governo fazer.

Aí eu peço à Bancada governista, eu peço aos Srs. Deputados que defendem o Governo, que vão até ele e levem esse problema, porque chegar até nós... Nós podemos fazer um discurso, podemos até propor uma lei, mas certamente Dante de Oliveira vai vetar a lei que se fizer aqui!

O Sr. Alencar Soares - Concede-me um aparte, Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O Sr. Alencar Soares - Eu tenho certeza de que V. Ex^a é eleitora do Governador Dante de Oliveira...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Deus me livre!

O Sr. Alencar Soares - ... Votou no Governador Dante Martins de Oliveira, todo mundo do Estado de Mato Grosso sabe disso!

Agora, há coisas que V. Ex^as falam... E não falam coisa com coisa...

O Governador pegou o Estado de Mato Grosso, eu disse há poucos dias, e fez tudo o que tinha que fazer? O que não fez, mas, por estar no caminho certo, o povo de Mato Grosso deu mais quatro anos para ele.

V. Ex^a vem aqui falar de segurança... O Governador fez concurso na Polícia Militar, o Governador comprou armamento, comprou helicóptero, comprou uniforme, modernizou, comprou, se não estou enganado, 271 ou 371 carros para a Polícia Militar e para a Polícia Civil.

Parece que a Deputada - eu tenho certeza de que a Deputada é bem informada e V. Ex^a tem que criticar, porque é papel da Oposição - fala de coisas que não está sabendo!

O Governador Dante de Oliveira modernizou o Estado! V. Ex^a fala de energia! O que o Governador Dante de Oliveira fez para gerar energia em Mato Grosso valeu por seus quatro anos de mandato! Mato Grosso ia entrar no caos, sem energia, e dentro de dois anos o Governo do Estado de Mato Grosso estará exportando energia, porque está vindo o gasoduto

da Bolívia! A nossa região, principalmente o Vale do Araguaia e o Baixo Araguaia - e aqui tem um Deputado de lá - era um caos, não tinha energia. Tinha região nossa do Vale do Araguaia que tinha energia oito horas por dia, hoje, são 24 horas de energia! Muitos frigoríficos vieram para Mato Grosso por causa da energia gerada pelo Governador Dante de Oliveira!

Eu concordo que V. Ex^a critique, porque é o papel da Oposição, mas também falar que o Governo... Pelo amor de Deus! V. Ex^a tem que falar com convicção! É a mesma coisa, V. Ex^a falou que o Governo vai cortar 50%... Eu perguntei a V. Ex^a, baseada em que... V. Ex^a não tem nada em mãos para mostrar que o Governo vai cortar em 50%. “Ah! Eu vou te mostrar”. Mostre, com o papel nas mãos! Muito obrigado.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Deputado, desça do palanque! V. Ex^a ainda está pedindo voto para o homem, a esta hora?

Se está tudo tão bem como o Deputado está dizendo, que foi feito concurso, que está tudo uma maravilha na segurança, então, é por isso que a segurança está do jeito que está! Estão reclamando de que, por que esse povo está reclamando de segurança se está tudo muito bem?

Agora, como a “Casa estava arrumada”, ele tinha que ganhar, porque estava tudo arrumado, estava tudo certo, estava tudo muito bem, estava tudo muito bom, era só governar! Ouvia-se o Governador falar na propaganda: “Será fácil governar!”, mas acabou de ganhar a eleição, ficou tudo difícil de novo! Realmente, o que dizem por aí é verdadeiro, só o que estava arrumado era a casa dele. Aliás, custou muito cara a reforma da casa dele, a reforma do teto do gabinete dele, que, aliás, custou o mesmo valor do cascalhinho que jogaram lá no pátio do DETRAN. Foi exatamente o mesmo valor! Exatamente! Bem lembrada essa história. O teto do gabinete do Governador deve ser de vidro, de cristal, de cristal puro, para ser tão caro! E eu não sei que pedrinhas de diamante jogaram no pátio do DETRAN! Foi exatamente o mesmo valor! Bem lembrado, lembrei agora.

Os Senhores sabem, principalmente os que chegaram há pouco, quanto custou a reforma do teto do gabinete do Governador e a reforma do pátio do DETRAN? Eu não me lembro do número, porque não iria nem falar disso agora, mas era uma coisa mais ou menos assim, R\$169.536,67 - foi exatamente o mesmo valor, até os sessenta e sete centavos -, tanto do teto do gabinete do Governador quanto das pedrinhas colocadas no pátio do DETRAN. O teto deve ser de cristal e as pedrinhas de diamante!

Bem, não era esse o caso, nós estávamos aqui discutindo segurança e o Deputado disse que na segurança está tudo muito bem, está tudo muito bom. Eu diria que não está. E reforço que não está, que está tudo muito mal, basta abrímos - não precisa nem abrir os jornais de manhã... Basta ler as manchetes da primeira página dos jornais que já vemos que Governo é este...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Um instante, Deputado Rene Barbour.

Com relação à energia, realmente, Dante de Oliveira fez muita coisa! Entregou a CEMAT e ninguém sabe o que ele fez com o dinheiro. Vou começar a conversa por aí. A CEMAT valia um bilhão e não sei quanto, mas devia não sei o quê, daí veio para trezentos e pouco, mas ainda devia mais não sei o quê, e aí veio para cento e setenta e seis milhões...

Os Deputados governistas de então, eu não estou falando dos de agora, os de então, juraram de pés juntos nesta tribuna que era precisavo privatizar a CEMAT, era preciso

entregar para o grande capital a CEMAT, para investir esses cento e setenta e seis milhões em obras sociais!

Pasmem, Senhores, obras sociais! Todo mundo entendeu bem? Obras sociais! Depois de seis meses, eu consegui a prestação de contas à moda Dante de Oliveira, que ninguém entende, à moda Dante de Oliveira - e ainda porque entrei com representação por crime de responsabilidade, porque ele não fornecia as informações.

Aparecia bem assim - Srs. novos Deputados, atentem, por favor -: paga a dívida número oito mil e não sei o quê, ninguém sabe o que é, vinte milhões; a dívida não sei que número, quinze milhões; a dívida não sei que número, dez milhões; a dívida não sei que número, trinta milhões, e assim foi... Uma dívida atrás da outra, com número, e eu não fiquei sabendo até hoje, não consegui saber...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte, ilustre Deputada?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Deixe-me terminar de falar sobre a energia, Deputado, já lhe concedo o aparte.

Aí ele parou com as dívidas e colocou: 24 milhões pagos para a MT-100, a famigerada MT-100. Vinte e quatro milhões mais a contrapartida das pontes italianas - as pontes que têm levado dinheiro! Acredito que a contrapartida nem deve ter sido feita ainda, mas já levou dinheiro que não acaba mais. Logo depois eu vejo o Governador Dante de Oliveira na televisão, respondendo a alguém que lhe perguntou o que ele faz com o dinheiro da CEMAT: "Um pouco desse dinheiro foi para a contrapartida das pontes italianas"! Aí o jornalista perguntou: "Quanto?", e ele disse: "Cinco milhões"! Então, eu fiz as contas, 24 - 5 = 19. Dezenove milhões foram para a MT-100 - e ninguém sabe para onde foi esse dinheiro!

Eu fui procurar no social para saber onde tinha ido parar, em que social, os 176 milhões. Não deu outra. Achei! Para o Social foram apenas R\$2.058.000,00! Dois milhões e cinquenta e oito mil para o social, sabem para quê? Para reformar aquele negócio ali, que eu nem sei o nome... Ah, o Centro de Cidadania. Uma reforma numa escola - ele acabou com a escola, porque ele é useiro e vezeiro em fechar escola, adora exterminar com a educação, é o "Governo do Extermínio" -, ele fechou a escola e fez o Centro de Cidadania. Era importante o Centro de Cidadania? Era, mas ele poderia fazer em outro lugar.

Foi o único investimento que ele colocou no papel, assinado por ele, que foi para o social - R\$2.058.000,00 de R\$176.000.000,00!

Depois disso, o que mais ele fez com a energia elétrica? Aumentou o ICMS para 30%! Quem tinha três bicos de luz e era isento de pagar ICMS de energia, passou a pagar 30% de energia. Sobre essa história eu não preciso ficar fazendo discurso aqui para os Senhores. Os Senhores estão cansados de saber os prejuízos que o Sr. Dante de Oliveira está dando para Mato Grosso com o aumento da energia.

As empresas que viriam para Mato Grosso não vêm mais. Estão indo para Mato Grosso do Sul, Goiás... Aliás, Goiás estava com um Projeto de Lei - não sei se já foi aprovado -, na Assembléia Legislativa, para diminuir de 25% para 17% o ICMS de energia elétrica. E em Mato Grosso, que tinha vários patamares, porque o pagamento era gradativo, quem tinha poucos bicos de luz em casa era isento, quem tinha mais um pouco pagava 10%, etc., até 25%. Ele taxou pelo alto, 30% para todo mundo - quem tinha poucos bicos de luz agora não tem mais, porque 30% só de ICMS, não dá!

Então, as empresas não só não estão mais vindo para cá, como as que estão aqui, uma grande parcela, estão arrumando as malas para ir embora, porque é impossível

conviver com o “Governador espantalho”. Esse é o “Governador espantalho”, ele espanta, ele espanta todo mundo, não respeita ninguém, aliás, ele não respeita nem o Poder Legislativo, vai respeitar o povo por quê? É grave, meus Senhores. É grave, nós vimos para cá ouvir que Dante de Oliveira fez grandes coisas pela geração de energia, fez grandes coisas pela segurança, fez grandes coisas pela saúde, pela educação... Está aí o que nós estamos vendo. Eu acho que nós não precisamos nem mais discutir essas questões.

Hoje mesmo todos nós Deputados recebemos uma carta de uma empresa que pede a modificação do IPVA nesta Casa. É outro problema, meus Senhores! É outro problema! Há um projeto do IPVA tramitando nesta Casa. Nós queremos votar projeto do Governador para diminuir o ICMS de carro zero-quilômetro de 12% para 9%, podemos e até devemos, mas nós temos que votar também projeto para baixar o ICMS da energia e o ICMS da cesta básica, porque pelo que eu sei carro zero-quilômetro não tem maior prioridade que alimentação. Nós temos que ter uma posição no mínimo coerente aqui neste Parlamento. Vamos diminuir o ICMS da cesta básica! Vamos diminuir o ICMS da energia! Vamos diminuir o IPVA! Porque, do contrário, nós seremos responsabilizados, com certeza, e bem logo, pelas nossas atitudes de extrema incoerência aqui dentro.

Eu espero que ninguém venha com essa conversinha fiada de que o povo nos elegeu para fazermos o que estamos fazendo. Eu duvido que o povo tenha depositado um voto em um Deputado que está aqui dentro para que esse Deputado se voltasse contra os interesses do povo. Eu duvido! Ninguém votou em ninguém para ser traído, para ser apunhalado pelas costas! E o que está acontecendo aqui com vários projetos, como do ICMS, como do IPVA, como outros mais por aí, é realmente a postura dos Deputados que estão aí contra os interesses do povo.

Portanto, Srs. Deputados, vamos ter coerência, vamos realmente responder aos interesses daqueles que nos trouxeram para cá, vamos responder aos interesses da população de Mato Grosso. E o que a população de Mato Grosso nos pede hoje é realmente educação de qualidade, é saúde, é segurança, é condição de vida digna. E as condições de vida passam pela questão da energia, passam pela questão da cesta básica, que foi majorada através do aumento do ICMS, e passam, também, pela questão do IPVA, porque tem muita gente fazendo graça por aí, dizendo que o IPVA atinge somente os ricos. Não é nada disso! O IPVA atinge a todos. Atinge o transporte, o frete e toda a população que consome qualquer produto que passe por um frete - e praticamente todos passam.

Portanto, Srs. Deputados, nós temos que ter uma postura. Uma postura de dignidade; uma postura de coerência; uma postura de quem veio para cá eleito pelo povo e não com o voto de Dante de Oliveira, porque o voto individual de Dante de Oliveira ele já declarou para que Deputado foi. Logo após as eleições, ele declarou que votou no Deputado Roberto Nunes. Então, saibam os outros Deputados que sequer o voto pessoal do Governador receberam e que o voto de um Governador não elege ninguém. Nós precisamos, sim, é de milhares de votos desse povo que está aí despossuído, desempregado e com uma série de problemas. E nós estamos aqui para ajudar a buscar soluções e não para acabar de afundar, de permitirmos que Dante de Oliveira acabe de soterrar esse Estado, porque afundar, ele já afundou.

Srs. Deputados, vamos fazer uma empreitada com relação à questão com a qual eu comecei a minha fala hoje, que é a questão dos professores interinos, dos trabalhadores da área da educação, que trabalham sem nenhum direito. E, além de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

trabalharem sem nenhum direito, ainda trabalham com o salário reduzido, abaixo do que os efetivos ganham...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Comunicamos à Deputada Serys Slhessarenko que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - E essa luta é por um salário igual. Não é nem por um salário digno, porque os trabalhadores efetivos da educação também não estão com salários dignos! Mas, pelo menos, o salário desses trabalhadores está melhor que aquele que o Governo está querendo pagar para os interinos. Então, além de salários dignos para os trabalhadores interinos da educação, nós temos que lutar para que aconteça esse concurso que, como eu disse e repito aqui, foi para eleitor ver, aberto antes da eleição e suspenso após a eleição.

Srs. Deputados, nós temos que lutar por isso. É competência nossa! Nas regiões de onde muitos vieram - e aqueles, como eu, que têm o seu maior colégio eleitoral aqui na Capital sabem disto - a cobrança é geral! E nós temos que ter uma postura digna, uma postura coerente, uma postura de quem está aqui para defender os interesses não de um Governo de plantão, porque Governo de plantão passa, Governo de plantão passa, a população de Mato Grosso é que fica. Nós, Deputados, passamos, mas temos que passar deixando um rastilho de que passamos por aqui com dignidade, com coerência, com postura firme e segura, porque optamos por um lado, que é o lado do povo que nos elegeu. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Vereador Valdeir, de Rosário Oeste, a pedido do Deputado Wilson Teixeira Dentinho. E queremos registrar, também, a presença do Sr. Manoel Negrito, líder comunitário, a pedido do Deputado Elarmin Miranda.

Tendo em vista o acordo firmado entre os Srs. Deputados e os Líderes das Bancadas, antes de suspendermos a Sessão, convidamos todos os Srs. Deputados para irem ao gabinete do Deputado Rene Barbour, onde participaremos de uma reunião com o Secretário Hilário Mozer.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho – Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra, para uma questão de Ordem, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO – Sr. Presidente, solicitamos aos membros do Bloco Autonomia que permaneçam em plenário para que possamos nos reunir por cinco ou dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - Está suspensa a presente a Sessão.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 09:47 HORAS E POSTERIORMENTE LEVANTADA, TENDO EM VISTA O DECURSO DO PRAZO REGIMENTAL DE REALIZAÇÃO DESTA SESSÃO ORDINÁRIA, COM O COMPARECIMENTO DOS SEGUINTESENHORES DEPUTADOS: DA BANCADA DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - EMANUEL PINHEIRO, HUMBERTO BOSAÍPO, EVERALDO SIMÕES E MOACIR PIRES; DA BANCADA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - ELARMIN MIRANDA, ZÉ CARLOS DO PÁTIO E PEDRO SATÉLITE; DA BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - GILNEY VIANA E SERYS SLHESSARENKO; DA BANCADA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - JOAQUIM SUCENA; DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

BANCADA DO PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - JOSÉ CARLOS FREITAS; DO BLOCO PARLAMENTAR FRENTE E CIDADANIA - ALENCAR SOARES (PSDB), CARLOS BRITO (PSDB), CARLÃO NASCIMENTO (PSDB), ELIENE (PSB), JAIR MARIANO (PPS), RIVA (PSDB), RENE BARBOUR (PSDB); DO BLOCO PARLAMENTAR AUTONOMIA - AMADOR TUT (PL), BENEDITO PINTO (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), HERMÍNIO J. BARRETO (PL), SILVAL BARBOSA (PTB), WILSON TEIXEIRA DENTINHO (PMDB), E A AUSÊNCIA DO DEPUTADO ROBERTO NUNES, DO PSDB.)

Revisada por Ana Lúcia Bigio.